

## Sumário

|   |    |
|---|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 1  |
| <b>1. Movimento reformista do processo penal</b> .....  | 11 |
| 1.1. Reformas processuais penais na América Latina .....  | 12 |
| 1.2. Resgate das origens do processo penal, sob a orientação dos direitos fundamentais.....                                   | 13 |
| <b>2. Escorço histórico do processo penal no Brasil</b> .....   | 17 |
| 2.1. Predominância da filosofia liberal beccariana na feitura do Código de Processo Criminal de 1832.....                     | 20 |
| 2.2. Perfil antidemocrático e policialesco do Código de Processo Penal de 1941 .....  | 22 |
| <b>3. Movimento reformista no brasil</b> .....  | 27 |
| 3.1. Necessidade de uma reforma global do Código de Processo Penal.....   | 29 |
| 3.2. Método escolhido para a reforma global.....  | 31 |
| 3.2.1. Críticas ao método da reforma tópica .....   | 35 |
| 3.2.2. Aspectos centrais da reforma tópica/global do Código de Processo Penal .....   | 42 |
| 3.2.2.1. Democratização do processo penal, alinhando-o à proteção dos direitos fundamentais, nos termos da Constituição ..... | 43 |
| 3.2.2.2. Desconstrução do sistema misto, com conseqüente sedimentação do sistema acusatório, com todos os seus corolários     |    |

|   |           |
|---|-----------|
| lógicos: o juiz é o garantidor do processo e o Ministério Público assume definitivamente o papel de <i>dominus litis</i> da ação penal de iniciativa pública.....   | 46        |
| 3.2.2.3. Duração razoável do processo.....  | 48        |
| 3.2.2.4. Defesa efetiva e interrogatório no contexto do princípio da ampla defesa.....  | 51        |
| 3.2.2.5. Simplificação do processo, com plena adoção do princípio da oralidade, com a documentação dos atos praticados em audiência sem a necessidade de transcrição, e concentração dos atos processuais ..... | 52        |
| 3.2.2.6. Maior proteção e assistência ao ofendido e satisfação de seus interesses quanto à indenização pelos danos sofridos com a ação ilícita, com base na idéia da justiça restaurativa .....                 | 53        |
| <b>4. Aplicação da lei processual penal no tempo .....</b>  | <b>55</b> |
| <b>5. Considerações sobre os procedimentos.....</b>   | <b>59</b> |
| 5.1. Procedimento ordinário .....   | 63        |
| 5.1.1. Sistema acusatório e ação penal.....   | 68        |
| 5.1.1.1. Conceito de ação penal.....  | 73        |
| 5.1.1.2. Requisitos da ação penal .....   | 74        |
| 5.1.1.3. Legitimidade para pedir fixação de valor mínimo para indenização pelos danos causados .....  | 76        |
| 5.1.2. Juízo de rejeição liminar da ação penal (art. 395).....  | 78        |
| 5.1.2.1. Pressupostos processuais e condições da ação .....   | 82        |
| 5.1.2.2. Inépcia da inicial (pressuposto processual) e justa causa (condição da ação específica) .....  | 86        |
| 5.1.3. Juízo de admissibilidade da ação penal.....  | 89        |
| 5.1.3.1. (Des)Necessidade de fundamentação da decisão de recebimento da ação penal .....  | 91        |
| 5.1.3.2. Conteúdo da decisão de recebimento da ação penal.....  | 93        |
| 5.1.3.3. Possibilidade de suspensão condicional do processo .....   | 96        |
| 5.1.4. Chamamento do acusado para responder a imputação .....   | 97        |
| 5.1.4.1. Citação por edital e suspensão do processo.....  | 99        |
| 5.1.4.2. Citação por hora certa .....   | 101       |
| 5.1.4.3. Formação do processo.....  | 104       |
| 5.1.4.4. Suspensão do processo em razão da revelia e prisão preventiva .....  | 105       |

|   |     |
|---|-----|
| 5.1.5. Princípio da ampla defesa .....  | 110 |
| 5.1.5.1. Defesa efetiva do acusado .....  | 117 |
| 5.1.5.2. Prazo para o oferecimento da resposta .....  | 122 |
| 5.1.5.3. Obrigatoriedade da resposta do acusado, por meio de advogado .....   | 125 |
| 5.1.5.4. Forma e prazo para apresentar as exceções .....  | 126 |
| 5.1.5.5. Abandono da causa pelo advogado. ....  | 127 |
| 5.1.5.6. Procuração outorgada ao advogado. ....   | 129 |
| 5.1.5.7. Direito de audiência (direito ao interrogatório) .....   | 130 |
| 5.1.5.8. Direito à identidade física do juiz. ....  | 132 |
| 5.1.5.9. Interrogatório como direito facultativo, não podendo o acusado ser obrigado a exercê-lo. ....  | 134 |
| 5.1.5.10. Interrogatório por carta precatória. ....   | 141 |
| 5.1.5.11. Sistema do interrogatório. ....   | 143 |
| 5.1.5.12. Interrogatório por videoconferência .....   | 145 |
| 5.1.6. Impugnação das preliminares e documentos. ....   | 149 |
| 5.1.7. Decisão sobre o pedido de absolvição sumária. ....   | 151 |
| 5.1.7.1. Natureza jurídica da decisão prolatada às matérias suscitadas na resposta do acusado. ....   | 156 |
| 5.1.7.2. Saneamento do processo. ....   | 158 |
| 5.1.7.3. Decisão sobre as provas ilícitas. ....   | 159 |
| 5.1.8. Das provas. ....   | 161 |
| 5.1.8.1. Princípios gerais da prova .....   | 163 |
| 5.1.8.2. Inadmissibilidade das provas produzidas por meios ilícitos (teoria da <i>exclusionary rule</i> ). ....                               | 170 |
| 5.1.8.2.1. Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos no ordenamento jurídico brasileiro. ....                                   | 174 |
| 5.1.8.2.2. Inadmissibilidade das provas ilícitas obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. ....                                 | 176 |
| 5.1.8.2.3. Regras de exclusão adotadas pelo Código de Processo Penal .....  | 178 |
| 5.1.8.2.3.1. Falta de nexo de causalidade entre a prova originária ilícita e a derivada, quando esta não decorre exclusivamente daquela. .... | 184 |
| 5.1.8.2.3.2. Fonte independente ( <i>independent source</i> ) .....   | 187 |
| 5.1.8.2.3.3. Descobrimto inevitável ( <i>inevitable discovery</i> ) .....   | 192 |

|   |     |
|---|-----|
| 5.1.8.2.4. Outras regras de exclusão.....   | 195 |
| 5.1.8.2.4.1. Prova benéfica em prol do acusado. ....  | 197 |
| 5.1.8.2.4.2. Princípio da proporcionalidade ou <i>balancing test</i> .....  | 200 |
| 5.1.8.2.4.3. Boa-fé ( <i>good faith</i> ).....  | 203 |
| 5.1.8.2.4.4. <i>Plain vie doctrine</i> e os campos abertos.....   | 206 |
| 5.1.8.2.4.5. Destruição da mentira do acusado. ....   | 208 |
| 5.1.8.2.4.6. Teoria do risco. ....  | 209 |
| 5.1.8.2.5. Inutilização por decisão judicial (momento da decisão) ....  | 214 |
| 5.1.8.2.6. Impedimento do juiz .....  | 215 |
| 5.1.8.3. Prova pericial .....   | 216 |
| 5.1.8.3.1. Número de peritos. ....  | 217 |
| 5.1.8.3.2. Assistente técnico.....  | 218 |
| 5.1.8.4. Ofendido.....  | 221 |
| 5.1.8.5. Testemunha .....   | 225 |
| 5.1.8.5.1. Sistema do <i>cross examination</i> ou das perguntas diretas.....  | 228 |
| 5.1.8.5.2. Separação das testemunhas (art. 210) .....   | 230 |
| 5.1.8.5.3. Inquirição por videoconferência, precatória e rogatória.....   | 231 |
| 5.1.8.5.4. Número de testemunhas. ....  | 234 |
| 5.1.8.6. Acareação.....   | 235 |
| 5.1.8.7. Reconhecimento de pessoas e coisas .....   | 236 |
| 5.1.9. Audiência de instrução e julgamento e duração razoável do processo.....  | 239 |
| 5.1.9.1. Audiência una de instrução e julgamento.....   | 242 |
| 5.1.9.1.1. Audiência una em dias sucessivos.....  | 246 |
| 5.1.9.1.2. Documentação da audiência e sistema audiovisual. ....  | 248 |
| 5.1.9.1.3. Sistema audiovisual e oralidade.....   | 251 |
| 5.1.9.2. Adiamento da audiência em razão de impossibilidade da presença do advogado.....  | 252 |
| 5.1.9.3. Ordem de inquirição das testemunhas.....   | 255 |
| 5.1.9.4. Alteração da ordem de inquirição das testemunhas, devido ao não comparecimento de testemunha arrolada pelo Ministério Público..... | 258 |
| 5.1.9.5. Diligências.....   | 261 |
| 5.1.9.6. Alegações finais.....  | 262 |
| 5.1.9.7. Modificação da imputação feita na denúncia ( <i>mutatio libelli</i> ) .....  | 264 |

|  |     |
|--|-----|
| 5.1.9.8. Sentença.....   | 266 |
| 5.1.9.8.1. Ressarcimento de danos como efeito da sentença condenatória.....  | 270 |
| 5.1.9.8.2. Correlação entre a sentença e a denúncia ( <i>emendatio libelli</i> ).....  | 275 |
| 5.1.9.8.3. Prisão (preventiva) com a sentença condenatória.....  | 277 |
| 5.1.9.8.3.1. Necessidade de fundamentação da prisão preventiva imposta com a sentença recorrível ou, se for o caso, da sua manutenção..... | 284 |
| 5.1.9.8.3.2. Direito de recorrer, independentemente do recolhimento à prisão.....  | 285 |
| 5.1.9.8.4. Elementos da sentença absolutória.....  | 290 |
| 5.1.9.8.5. Efeitos civis da sentença absolutória.....  | 294 |
| 5.2. Procedimento sumário.....   | 317 |
| 5.3. Principais modificações ao procedimento do tribunal do júri.....  | 322 |
| 5.3.1. Primeira fase.....  | 335 |
| 5.3.1.1. Pronúncia.....  | 339 |
| 5.3.1.1.1. Prisão com a decisão de pronúncia.....  | 341 |
| 5.3.1.1.2. Intimação da decisão de pronúncia.....  | 343 |
| 5.3.1.2. Impronúncia.....  | 344 |
| 5.3.1.3. Absolvição sumária.....   | 345 |
| 5.3.1.4. Recurso.....  | 347 |
| 5.3.2. Segunda fase.....   | 347 |
| 5.3.2.1. Alistamento dos jurados.....  | 348 |
| 5.3.2.2. Desaforamento.....  | 349 |
| 5.3.2.3. Organização da pauta.....   | 350 |
| 5.3.2.4. Sorteio e convocação dos jurados.....   | 350 |
| 5.3.2.5. Função do jurado.....   | 352 |
| 5.3.2.6. Instrução plenária.....   | 353 |
| 5.3.2.7. Debates.....  | 356 |
| 5.3.2.8. Redação e votações dos quesitos.....  | 357 |
| 5.3.2.9. Sentença.....   | 361 |
| 5.3.2.10. Protesto por novo júri.....  | 362 |
| Referências Bibliográficas.....  | 379 |